

1.14 • Conjuntura internacional

Que futuro para o Iraque?

Alexandre Reis Rodrigues

A GRANDE DISCUSSÃO DE HOJE em relação ao Iraque é sobre como ajudar a evitar que entre no grupo de “estados falhados”, uma situação geralmente considerada, ao lado do terrorismo internacional e proliferação de armamento de destruição maciça, como uma das grandes ameaças à paz e estabilidade mundial. Segundo o *Failed States Index 2012* publicado pelo *Fund for Peace*, o Iraque está num grupo de doze Estados em “alerta alto”, na nona posição de uma lista de 177 estados. Já esteve na segunda posição (2007), na quarta (2005) e na sexta (2009). Não obstante o progresso que esta evolução sugere, o Iraque ainda não mostra indícios que nos permitam concluir que está, finalmente, no rumo certo, em afastamento consistente da zona de risco.

Ned Parker¹ é dos mais explícitos em apontar as razões que colocam o Iraque como o próximo estado falhado, sob risco de desintegração: “um regime dominado pela corrupção e brutalidade, com os líderes políticos a usar as forças de segurança e milícias para reprimir os adversários e intimidar a população”, um governo “incapaz de assegurar os serviços mínimos com regularidade” e um nível de violência ainda muito elevado. (Ver caixa). Com o início do afastamento das forças americanas, em junho de 2009, quando começaram a retirar das cidades e a transferir responsabilidades para os iraquianos, até à retirada completa a 15 de dezembro

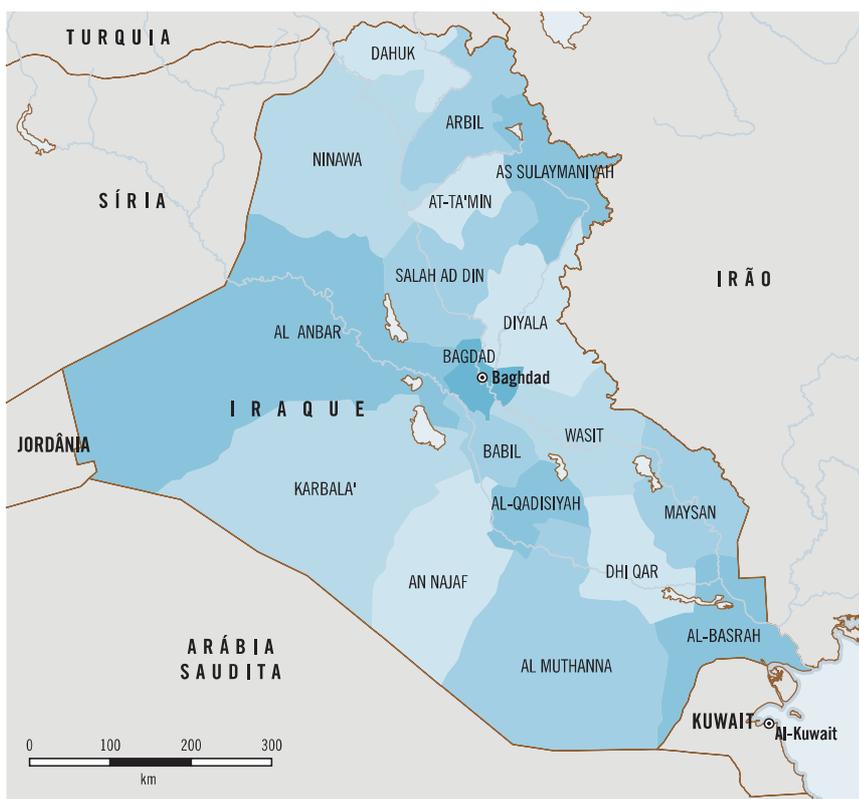
de 2011, passando pelo fim oficial da Operação *Iraq Freedom* em 31 de agosto de 2010, rapidamente se tornou claro que a falta de progresso na reconciliação nacional tornaria a situação muito difícil de gerir. Deixando de estar garantido o “espaço” que as forças americanas asseguravam para a política poder funcionar com um mínimo de normalidade, problemas nunca antes resolvidos foram voltando à superfície juntamente com uma luta aberta pelo poder e pelo controlo dos recursos petrolíferos. O final de 2009 e janeiro de 2010 foram catastróficos em termos de ataques contra instituições. As eleições previstas para dezembro de 2009 tiveram que ser adiadas para março de 2010. Embora marcadas por violência (38 mortos) geraram um vencedor suficientemente claro, à luz dos critérios ocidentais, mas, mesmo assim, o País entrou num impasse político que durou oito meses. Nouri al-Maliki, ainda primeiro-ministro e líder da coligação *State of Law* derrotada pela coligação sunita de Ayada Allawi, líder secular e ex-Primeiro-Ministro, recusou aceitar as implicações práticas desse desfecho. A questão resolveu-se apenas em novembro de 2010, através do chamado acordo de Erbil, feito sob mediação curda, mas a distribuição de poderes em que o Acordo se baseava nunca foi respeitada por Maliki, que, em alternativa, foi afastando sistematicamente os seus opositores, usando os mais tortuosos métodos.

No dia seguinte ao da retirada do último soldado americano a 15 de dezembro de 2011, Maliki colocava sob vigilância militar as residências do ministro das Finanças (Rafa al-Inawi, acusado de ligações ao terrorismo), do vice-primeiro-ministro (Saleh al-Mutlak, em luta aberta com Maliki) e do vice-Presidente Tariq al-Shashemi. Este último era acusado de instigar o federalismo e apontado pelo ministro do Interior como tendo estado envolvido num ataque terrorista ao Parlamento, considerado como uma tentativa de assassinato de Maliki. Finalmente, foi condenado à morte *in absentia* em setembro de 2012, o que provocou uma onda de violência que se espalhou por seis distritos, fazendo mais de 100 mortos.

Apesar desta realidade, há quem considere haver razões de esperança. Embora lentamente e entre avanços e recuos, os iraquianos estão a sair de três décadas em que só conheceram guerras, uma ditadura feroz, violência étnica e religiosa e prolongadas sanções. Com todos estes antecedentes, não seria de esperar que o País conseguisse estabilizar num curto prazo. Dizem os especialistas que, geralmente, são precisos pelo menos dez anos, num cenário favorável, o que está longe de ser o caso.

De facto, hoje notam-se alguns sinais de disponibilidade para encarar a resolução das disputas mais por processos políticos do que violentos. A média semanal de incidentes violentos, no corrente ano, tem-se mantido à volta dos 100 (número de vítimas mortais abaixo de 60), um número ainda assustadoramente alto mas que, em qualquer caso, já não tem nada a ver com a média de 1.600 que se verificava no pico da insurreição, entre 2007 e 2008. É verdade que continua a haver ataques terroristas, mas deixaram de se verificar raptos, batalhas nas ruas entre fações, atuação de atiradores especiais e utilização de *rockets*. A produção petrolífera voltou a atingir 50% da capacidade máxima, ultrapassando a produção do Irão. O investimento estrangeiro cresceu para 50 mil milhões de dólares em 2012 (era de cinco mil milhões em 2006), o crescimento económico previsto pelo FMI situa-se nos 12%, o défice externo está em 14% e a inflação em 4%².

Chegarão estes indícios para ter esperança? Muita gente recia que não. Para a maioria dos observadores, não restam dúvidas que o atual Primeiro-Ministro al-Maliki cuida mais de consolidar o seu poder do que resolver os problemas do país. Tem sido ineficaz no combate à corrupção endémica que, espalhada por todos os setores do Estado incluindo as Forças Armadas e as de segurança, mina o funcionamento do país (segundo a *Transparency International*, o 7.º país mais corrupto do mundo). Não faz as concessões políticas a que se tinha comprometido, nomeadamente no Acordo



Mapa das províncias iraquianas. Fonte: OBSERVARE.

A VIOLÊNCIA NO IRAQUE

O nível de violência, depois da retirada das tropas americanas no final de 2011, não tem diminuído de forma sustentada; aliás, os conflitos entre iraquianos têm mesmo crescido. A média de ataques em 2012, até ao final de setembro, foi de 110 mas em julho e princípio de agosto, durante o Ramadão, a média subiu para 151 ocorrências, tendência que vem de trás, mas, mesmo assim, o número é mais elevado do que o que se verificou em 2010 e 2011. Presume-se que esta situação decorra da insatisfação dos sunitas em relação à forma como o Governo tem tratado as suas questões, dos reflexos da crise síria e do aumento das tensões entre árabes e curdos em áreas que permanecem sob disputa. As províncias mais atingidas, no centro e norte, foram Ninewa, Kirkurk, Diyala e Bagdad. Estas são também áreas onde o ramo iraquiano da *al Qaeda* (AQI), agora integrado no grupo *Islamic State of Iraq* – que procura a criação de um Estado Islâmico, através do colapso do atual – tem vindo a demonstrar capacidade de levar a cabo ataques de grandes dimensões. Foram oito entre janeiro e setembro deste ano, praticamente um por mês. Os quatro últimos (julho, agosto e dois em setembro) classificaram-se como “*waves of major attacks*” por terem atingido mais de 10 localidades simultaneamente (23, 19, 18 e 10 cidades espalhadas por todo o país, respetivamente), provocando mais de 350 mortos. Este crescendo de ataques terroristas é atribuído à: menor disponibilidade dos responsáveis políticos, embrenhados em lutas internas, para olhar para as questões de segurança; a crise síria que tem facilitado a infiltração de *jihadistas*; a menor capacidade dos serviços de informações que agora não têm o apoio das forças americanas e ainda à falta de incentivos que os sunitas têm sentido para colaborar com as forças de segurança, dando, em alternativa, liberdade de ação às suas milícias.

Fonte: *Iraq Update #34, Aug 22, 2012 e Security Update, Sept, 21, 2012, by Sam Wyer, Institute for the Study of War.*

de Erbil, e continua a acumular competências e poderes, usando um estilo autoritário numa sucessão de atropelos às mais elementares regras de convivência política, o que dificulta a muito necessária reconciliação nacional. Em 2008, criou a chamada *Bagdad Brigade*, que opera sob o seu controlo direto, fora da cadeia de comando, juntamente com 6.000 efetivos das Forças Especiais; o seu gabinete supervisiona diretamente campos de detenção que estão fora da alçada dos competentes ministérios (Justiça e Interior) e onde a Cruz Vermelha Internacional registou evidências de torturas.

“**[O Iraque] continua numa situação de grande fragilidade social, política e militar sob risco de conflitos internos e colapso das instituições. Não tem hoje forças nem uma estrutura militar que permitam encarar com um mínimo de confiança a eventual necessidade de fazer frente ao Irão [...]**”

Obviamente, este não é o Iraque que os EUA esperavam que viesse a desenvolver-se na sequência da invasão nem muito menos o Iraque de que o mundo precisa para ajudar a dar alguma estabilidade regional ao Médio Oriente e moderar as ambições do Irão. Se já não está nas “primeiras páginas dos jornais” é apenas porque outros conflitos estão a monopolizar as atenções, destacadamente o da Síria. Continua numa situação de grande fragilidade social, política e militar sob risco de conflitos internos e colapso das instituições. Não tem hoje forças nem uma estrutura militar que permitam encarar com um mínimo de confiança a eventual necessidade de fazer frente ao Irão, situação que permanecerá por mais alguns anos qualquer que seja a possibili-

dade de o governo enveredar por um programa intensivo de reequipamento. Não obstante o crescimento económico, tem uma economia dominada em exclusivo pelo setor petrolífero. Ainda não tem uma solução para uma distribuição equilibrada das receitas provenientes do petróleo, o que constitui uma fonte de atritos que tendem a agravar-se com o passar do tempo.

O quadro regional

A situação de fragilidade (política, económica, etc.) em que se encontra o Iraque vai continuar a dominar parte importante da avaliação do quadro geopolítico no Médio Oriente, com destaque para o receio de que a situação continue a ser aproveitada por Teerão para tentar moldar o sistema político iraquiano em função dos seus interesses e objetivos de hegemonia regional. O Irão não parece contentar-se com um Iraque que não volte a ser o adversário que o invadiu e com quem, depois, se manteve em guerra durante oito anos. Quer um Iraque que o ajude a alcançar as suas ambições, ou pelo menos que não crie obstáculos, e manobra, interferindo na política interna iraquiana em função desse objetivo. Procura alargar e consolidar a presença económica e religiosa, tenta infiltrar-se, através dos seus aliados locais (os *Sadristas*), nas instituições do Estado e nas milícias xiitas, que apoia materialmente e em ações de formação.³ Paralelamente, vai-se empenhando em tornar mais difícil o processo de reconciliação nacional iraquiano. Como a sobrevivência do regime sírio de Assad é essencial para o seu projeto hegemónico, tem interferido no Iraque, por um lado, para evitar que os sunitas iraquianos apoiem a oposição sunita na Síria, por outro lado, para obter de Maliki facilidades de utilização do espaço aéreo iraquiano para sustentação das Forças Armadas sírias, com remessas de armamento.⁴

No entanto, para além das marcas de oito anos de guerra que perduram, em especial entre sunitas e curdos, o quadro de relações inclui vários obstáculos para Teerão. São dificuldades a ter presente porque, devidamente exploradas, permitirão

substituir os excessos de aproximação entre os dois países, apenas favoráveis ao Irão, por uma integração regional mais equilibrada e ampla, de que precisa o Iraque para garantir a sua identidade. No geral, a aproximação dos árabes iraquianos ao Irão é vista como uma ameaça à identidade árabe; é rejeitada por todos os países do Golfo, em especial a Arábia Saudita e a Jordânia, que recebem o crescendo xiita, o Hezbollah e a Síria.

O relacionamento Bagdad/Ancara, de momento “em águas tumultuosas”, não ajuda à estabilidade. O Governo de Maliki anunciou que o acordo da época de Saddam, permitindo intervenções militares turcas na região curda contra membros do PKK, iria ser cancelado. Podem ser apenas reações à decisão turca de dar asilo a al-Ashemi mas a situação serve o Governo da Região Autónoma Curda, cujo Presidente foi o convidado de honra de um recente congresso do AKP, o Partido de Erdogan.

Os EUA só retiraram do Iraque em termos militares. Entre funcionários do Departamento de Estado (cerca de 1.800) e “*contractors*” são mais de 16.000 pessoas a trabalhar sobretudo na área económica e fornecimento de tecnologia (alguns também em segurança). É onde terão um substituto, a prazo potencialmente mais promissor, para a perda de influência que lhes dava a presença militar e uma área onde, claramente, Teerão não consegue competir.

O futuro

O Iraque tem pela frente a oportunidade de seguir um caminho bem mais promissor do que alguma vez teve sob Saddam. Existem muitas dúvidas, porém, que consiga “agarrar” a ocasião para se integrar no contexto regional como uma força de estabilidade e progresso. Volto, por isso, à questão inicial de se saber como se poderá evitar mais um desastre. As condições de que necessita são fáceis de enunciar mas difíceis de concretizar: para ter garantido um futuro minimamente decente precisa de pôr fim às hostilidades internas e eliminar o terrorismo; para ir mais longe, precisa que o processo de reconciliação nacional entre no campo político e depois no campo social para permitir, finalmente, uma convivência normal entre as três comunidades principais. São objetivos que estão quase em exclusivo nas mãos dos iraquianos. De momento, parecem metas inatingíveis, mas o forte nacionalismo que os iraquianos revelam, embora não evite mais algum tempo de escaramuças, tem boas possibilidades, se devidamente encorajado, de levar a uma acomodação progressiva das três comunidades, afastando, finalmente, o perigo de desintegração. ■

Notas

¹ Em “The Iraq we left behind”, *Foreign Affairs*, mar/apr 2012.

² BLINKEN, Anthony and RICKLEFS, Norman, respondendo a Ned Parker, *Foreign Affairs*, jul/ago 2012.

³ Depois de em 2006 terem sofrido o revés de serem presos, no Iraque, alguns elementos do Corpo de Guardas Revolucionários, têm preferido dar facilidades de treino no Irão.

⁴ Acumulam-se referências a autorizações de sobrevoos do espaço aéreo iraquiano por aviões iranianos com transporte de armas. Al-Maliki, que se afirma neutro em relação ao conflito, garante que se trata de ajuda humanitária.